

A guerra não tem rosto de mulher: uma análise discursiva por meio da Comunicação para Paz¹

Julia Zanutim PICOLO²

Raquel CABRAL³

Aline LISBOA⁴

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP

RESUMO

Este artigo trata-se de uma análise do discurso da obra literária, da jornalista e escritora ucraniana Svetlana Aleksievitch, *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), levando em consideração os Estudos para Paz aplicados à área de comunicação como valorização da mulher no foco narrativo. Ao questionar como a comunicação para paz é relacionada a essa produção literária como valorização da mulher no foco narrativo, levantou-se três hipóteses relacionadas ao livro e sua funcionalidade comunicativa: são encontrados os três tipos de violência descritas por Johan Galtung; a identificação de estruturas patriarcais e seu fascínio pela violência (GILLIGAN, 2021); o jornalismo literário dialoga, em algumas circunstâncias, com o jornalismo para paz. Para responder tais perguntas, objetivou-se realizar a análise do discurso com base na linha francesa do produto literário, discorrendo sobre a comunicação para paz, gênero, artes, jornalismo e os tipos de violência, como valorização da luta social feminina no foco narrativo.

PALAVRAS-CHAVE: *A guerra não tem rosto de mulher*; Artes para paz; Comunicação para paz; Estudos interseccionais.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar a obra literária, da jornalista e escritora ucraniana Svetlana Aleksievitch, *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), levando em consideração os Estudos para Paz aplicados à área de comunicação como valorização da mulher no foco narrativo. O tema justifica-se por trazer a perspectiva histórica daquelas que estiveram caladas, no entanto “elas começaram a falar da sua guerra, que eu desconhecia. Não só eu, todos nós” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12), propondo a reflexão

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Aluna especial na pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. E-mail: juliapicolo@hotmail.com.

³ Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação da Unesp. Doutora em Comunicação e Mestre em Estudos Internacionais para Paz, Conflitos e Desenvolvimento pela Universitat Jaume I (Espanha). E-mail: raquel.cabral@unesp.br

⁴ Professora dos cursos de comunicação e artes visuais. Doutora em Mídia e Tecnologia e doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. E-mail: aline.lisboa@unesp.br

sobre a reconstrução da memória realizada pela análise do discurso, com base na linha francesa de pesquisa, do produto literário, discorrendo sobre os tipos de violência de Johan Galtung (1969), o jornalismo literário de Felipe Pena (2021), o jornalismo para paz, que em algumas circunstâncias, dialoga com o jornalismo literário, e da comunicação para paz, de Marcos Alana S. V. Ferreira (2019). Também foi necessário compreender a perspectiva do gênero nos estudos para paz pela visão da autora norte-americana Carol Gilligan (2021), relacionando a perspectiva feminista no jornalismo para paz, discutido por Jorge Salhani, Heloisa dos Santos e Raquel Cabral (2020), da mulher na literatura, e o estudo da arte para a paz em *A imaginação moral*, de John Paul Lederach.

A pesquisa busca contribuir com os Estudos para Paz, na análise discursiva das mulheres na narrativa literária, no período da 2ª Guerra Mundial, com foco no exército vermelho. “Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2020, p. 15), neste caso o constitutivo da soldada mulher e sua história em meio à uma das maiores guerras do mundo.

O artigo foi estruturado de forma que introduzisse o objeto de estudo, que é a obra literária *A guerra não tem rosto de mulher*, para junto ser levantado os antecedentes históricos relacionados ao período da 2ª Guerra Mundial. O estudo buscou analisar as teorias do jornalismo literário e algumas correlações com o jornalismo para paz, a relação entre os tipos de violência de Johan Galtung (1969) e a comunicação para paz, e a perspectiva de gênero nos estudos para paz. Para, então, realizar a análise do discurso junto ao livro.

A GUERRA NÃO TEM ROSTO DE MULHER E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A obra literária *A guerra não tem rosto de mulher*, da escritora e jornalista ucraniana Svetlana Aleksievitch, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura em 2015, foi traduzido para o português em 2016 pela Companhia das Letras, e traz uma nova perspectiva histórica da 2ª Guerra Mundial daquelas que ficaram caladas, já que conhecemos majoritariamente por uma “voz masculina”, pois no fim “somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12). No entanto, a autora ucraniana buscou trazer as mulheres como foco narrativo.

“Mas por quê? – perguntei-me mais de uma vez. – Por que, depois de defender e ocupar seu lugar em um mundo antes absolutamente masculino, as mulheres não defenderam sua história? Suas Palavras e seus sentimentos? Não deram crédito a si mesmas. Um mundo inteiro foi escondido de nós. A guerra delas permaneceu desconhecida... Quero escrever a história dessa guerra. A história das mulheres”. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12 – 13)

Apesar da obra ser composta de relatos anos após o evento, seu contexto histórico é a Segunda Guerra Mundial, que ocorreu entre 1939 e 1945, mais precisamente o Exército Vermelho da antiga União Soviética (URSS), já existente, de maneira não-oficial, desde 1917, que se tornou uma realidade em 23 de fevereiro de 1918, após oficialização governamental de Trotsky. O exército russo que se formou, como traz o professor Saymon Justo (2010), era constituído por homens camponeses e oficiais, para defender o regime e o Estado instituídos pela Revolução Russa de 1917.

Já em 1926, após Trotsky ser substituído por Frunze no posto de Comissário do Povo para Guerra, 65% do Exército Vermelho estava organizado sob a base de milícias, nove anos mais tarde, em 1935, esse número sobe para 74%. Porém, “em meados da década de 1930, sob a ameaça da Segunda Guerra Mundial, todo Exército Vermelho foi reformado e reestruturado como Exército Permanente” (DEUTSCHER, 2005: 570). Ou seja, após ter praticamente $\frac{3}{4}$ de sua estrutura formada por milícias, em meados da década de 1930 tal sistema é abolido em favor de um exército permanente aos moldes tradicionais. Assim, apesar de toda uma cultura política socialista que abominava o exército permanente e de um projeto que previa sua extinção e a implantação do sistema de milícias, a partir da segunda metade da década de 1930 o “novo exército” apresenta-se aos moldes do antigo nesse aspecto. Ou seja, constitui uma força militar com soldados profissionais, formações aquarteladas, rígida disciplina e hierarquia. (JUSTO, 2010, p. 6)

Porém tudo muda quando, em meados da guerra, a violência, brutalidade, doenças e fome, trazem a causalidade de milhões de mortes, fazendo com que a população feminina russa tomasse frente ao alistamento e se juntassem ao *front*. E é isso que o livro, *A guerra não tem rosto de mulher*, traz para o mundo.

“Como era engraçado... Disciplina, regulamentos, sinais de distinção – toda essa sabedoria militar não era assimilada rapidamente. Estávamos postadas, vigiando uns aviões. E no regulamento diziam que, se passava alguém, era preciso deter a pessoa e perguntar: ‘Alto, quem é?’. Minha amiga viu o comandante do regime e gritou: ‘Alto, quem é? O senhor me desculpe, mas vou atirar!’. Imagine só. Ela gritou: ‘O senhor me desculpe, mas vou atirar!’. ‘O senhor me desculpe’... Hahaha...” *Antonia Grigórievna Bondareva, tenente da guarda, piloto*. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 98)

A história delas é diferente daquelas proferidas pelas “vozes masculinas” ao longo destes 78 anos de memórias, mas merecem ser enunciadas aos quatro ventos, como trouxe Svetlana Aleksievitch, em 390 páginas de uma narrativa jornalística literária de milhares de vozes, que antes eram caladas com afinco por terem uma visão diferente da guerra.

OS ESTUDOS PARA PAZ E A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Os Estudos para a Paz surgiram como um campo interdisciplinar relevante após a Segunda Guerra Mundial, quando a busca por alternativas à violência ganhou destaque. Inicialmente, a atenção recaiu sobre a influência da mídia na diplomacia e reconciliação entre nações. Marcos Ferreira (2019) explica que entre as décadas de 1950 e 1960 houve um aumento dos estudos sobre a paz, pesquisadores como os americanos Anatol Rapoport e Kenneth Boulding, e o norueguês Johan Galtung, impulsionaram o desenvolvimento do campo, enfatizando a comunicação como um meio de canalizar conflitos de forma construtiva. E a virada do século XXI trouxe uma expansão significativa, com ênfase em comunicação intercultural, destacando a contínua relevância do campo na era da comunicação global.

É deste engajamento de cientistas sociais norte-americanos e europeus que surgem os Estudos para a Paz. Embora as mesmas questões ontológicas em torno da paz fossem tratadas em diferentes centros acadêmicos, seria o *Peace Research Institute of Oslo* (PRIO – Instituto de Oslo de Pesquisa sobre Paz), liderado por Johan Galtung, a primeira instituição a utilizar o termo. Por sua vez, seria Elise Boulding juntamente com Kenneth Boulding e outros acadêmicos, como Anatol Rapoport e Herbert Kelman, que criariam o primeiro periódico dedicado ao estudo da paz e conflitos em 1957, o *Journal of Conflict Resolution*. Os pesquisadores desta corrente focaram desde o início não somente no perigoso jogo de influência entre potências, mas também nos fatores econômicos e sociais comumente relegados ou entendidos como secundários. (FERREIRA, 2019, p. 58)

A abordagem de Galtung (1969) sobre violências trouxe uma perspectiva construtiva para o campo. Suas duas primeiras abordagens sobre o assunto são a “violência direta”, perceptível nas manifestações físicas e verbais de agressão e apenas uma camada superficial das dinâmicas violentas presentes na sociedade, e a “violência estrutural”, que por sua vez, delineia as iniquidades sistêmicas enraizadas em estruturas sociais, políticas e econômicas, perpetuando desigualdades persistentes. Essa forma de violência opera inadvertidamente por meio de sistemas que favorecem determinados

grupos em detrimento de outros. Vinte anos depois, Johan Galtung (1990) introduz uma terceira abordagem, a "violência cultural", que emerge quando há imposição de valores, normas e identidades culturais dominantes sobre grupos minoritários, muitas vezes resultando na marginalização e subjugação desses grupos.

Esses conceitos complexos, interligados e interdisciplinares oferecem uma lente analítica valiosa para compreender e abordar as manifestações multifacetadas de violência em suas variadas formas e intensidades.

A distinção entre as diversas manifestações da violência, de Johan Galtung, amplia a compreensão das dinâmicas sociais e conflituosas, contribuindo para a conceitualização e transformação dos conflitos. No entanto, além da análise crítica, a aplicação prática desse entendimento requer abordagens criativas que transcendam os limites tradicionais. É aqui que as Artes para a Paz entram em cena, proporcionando uma plataforma única para explorar e resolver as complexas questões subjacentes aos conflitos. Através da música, teatro, literatura e outras formas artísticas, essa abordagem possibilita a expressão emocional, a reflexão crítica e a promoção da empatia, desempenhando um papel catalisador na construção do diálogo. John Paul Lederach (2011, p. 55 – 56) reconhece o diálogo como algo contínuo, um “trabalho árduo e não termina com o cessar-fogo ou com a assinatura de um papel”, ele “é permanente e exige plataformas para possibilitar que tal engajamento em múltiplos níveis da sociedade afetada seja contínuo”. Mostrando a necessidade de observar e ouvir as “profundas questões narrativas” que estão:

[...] frequentemente presentes, mas ocultas dos olhos da política pragmática e das soluções rápidas, que ocupam tanto espaço nas sintomáticas discussões dos problemas imediatos. A arte de imaginar o passado ira, sem receio de entrar no território imprevisível do medo de recriminações, desenvolver uma curiosidade sobre os padrões, os ciclos e a história que se repetem. Sabendo que o passado é uma energia geradora, ela irá procurar encontrar e se envolver no ponto em que a narrativa foi quebrada. A imaginação moral estabeleceu uma relação com essa energia. (LEDERACH, 2011, p. 179)

No âmbito desta discussão, Lederach (2011) traz à prática da "re-historiação", a qual demanda de maneira constante um ato de natureza criativa. A re-historiação, ao se engajar nesse processo, não se limita à mera repetição dos eventos passados, tampouco busca recriá-los de forma precisa. Além disso, ela não assume uma postura de desconsideração do passado ou de imposição de controle sobre as gerações futuras. Enraizada no paradoxo do inter-relacionamento temporal, a re-historiação demonstra uma

notável capacidade de abraçar tanto o passado quanto o porvir, ao mesmo tempo que concede espaço para a emergência da voz narrativa. É nesse contexto que a habilidade de conferir uma representação visual ao passado, que se encontra adiante de nós, permanece estreitamente associada à convicção intrínseca de que o ato criativo é intrinsecamente realizável.

“Viver entre a memória e a potencialidade é viver permanentemente em um espaço criativo, latente com o inesperado. Mas é também viver na permanência do risco, pois a jornada entre o que está atrás e o que está à frente nunca é plenamente compreendida nem controlada. Esse lugar, porém, é a matriz das mudanças construtivas, é continuamente o local de nascimento do passado que está à nossa frente” (LEDERACH, 2011, p. 179).

A perspectiva delineada por Lederach (2011, p. 179), sobre a coexistência entre memória e potencialidade como um espaço criativo, estabelece uma base reflexiva para a compreensão do papel do jornalismo para a paz. Nesse cenário, o jornalismo surge como uma esfera de atuação que, assim como a "re-historiação", se posiciona no limiar entre o passado e o futuro, entre o conhecido e o inesperado. O espaço jornalístico, que está enraizado na transmissão de informações e na construção de narrativas, compartilha semelhanças intrínsecas com o processo de re-historiar, já que ambos enfrentam a complexidade de representar o passado e o porvir. Jake Lynch e Annabel McGoldrick (2000, p. 5, tradução nossa) definem o jornalismo para a paz como uma “análise e transformação de conflitos para atualizar o conceito de equilíbrio, justiça e precisão nos relatórios”, fornecendo “um novo roteiro traçando as conexões entre jornalistas, suas fontes, as histórias que cobrem e as consequências de suas reportagens”, abrindo um ensinamento de não-violência e criatividade no trabalho prático de reportagem. Neste contexto, Cabral e Salhani (2017) a importância da comunicação nas narrativas.

[...] a comunicação tem um papel fundamental na reprodução e propagação de estruturas de violência cultural, uma vez que naturaliza determinadas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos. Da mesma maneira com que a violência trespassa a ponta do iceberg de forma silenciosa e devastadora, atingindo os seus níveis mais profundos, a paz pode ter características semelhantes: ela pode ser ensinada e aprendida, até que se intrique na cultura e crie nela longas raízes. (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 1)

Sendo assim, é possível compreender que algumas particularidades do jornalismo para a paz dialogam com o jornalismo literário. Este tomou forma de maneira oficial na década de 1960, nos Estados Unidos, com o nome de Novo Jornalismo, por conta da

“insatisfação de muitos profissionais da imprensa com as regras de objetividade do texto jornalístico” (PENA, 2021, p. 53).

Segundo o pesquisador e jornalista brasileiro Felipe Pena (2021, p. 54), Tom Wolfe foi um dos precessor deste novo fazer jornalístico. O autor segue explicando que para Wolfe “o texto deve ter valor estético, valendo-se sempre de técnicas literárias”, e apesar deste afirmar que o Novo Jornalismo se firmou mais como movimento, do que teoria, há quatro características a serem seguidas: “Reconstruir a história cena a cena. Registrar diálogos completos. Apresentar as cenas pelos pontos de vista de diferentes personagens. Registrar hábitos, roupas, gestos e outras características simbólicas do personagem”. Ou seja, este estilo de produzir narrativas comunicacionais, difere do jornalismo diário.

No entanto, há uma característica em comum entre eles que é a responsabilidade jornalística, a qual Kovach e Rosenstiel (2004) chamam de “buscar vozes ignoradas” e histórias escondidas. “O fato é que a verdade é um mosaico. Fala por mil vozes. Tem mil faces. É interpretada, construída e reconstruída” (PENA, 2021, p. 118).

O que traz um ponto de discussão entre estes tipos de produção jornalística e questão de gênero, onde a “voz feminina” é calada.

Como ocorre com as minorias, a voz da mulher sempre foi silenciada, o que a impediu de desenvolver uma linguagem própria. Desse modo, para poder expressar-se, precisa utilizar a linguagem do gênero dominante, através do desenvolvimento de uma modalidade de articulações de sua consciência por meio de ritos e símbolos que se configuram num espaço próprio. Dessa maneira, a conquista do espaço feminino acontecerá, de acordo com Showalter (1994), à medida que a mulher assumir seu discurso e, conseqüentemente, realize uma arte e uma crítica centradas na figura feminina, de modo que ela adquira visibilidade e voz, subvertendo o silêncio milenar a que sempre foi submetida. (ZINANI, 2013, p. 26)

A observação de Zinani (2013) encontra um ponto de convergência significativo com o campo do jornalismo para a paz, especialmente quando consideramos o jornalismo literário como um espaço para narrativas mais ricas e contextualizadas, oferece uma oportunidade para vozes marginalizadas encontrarem expressão autêntica. Salhani, Santos e Cabral (2020) estabelecem um vínculo inegável com o jornalismo literário, destacando a necessidade de dar voz aos grupos historicamente silenciados.

Nesse contexto, reconhece-se as mulheres e a natureza como o conjunto dos indivíduos submetidos às grandes narrativas hegemônicas que as silenciaram, tal como o patriarcado e o sistema de capital. Também podemos considerar que um

jornalismo para a paz que trabalhe numa perspectiva feminista seria aquele capaz de incluir e abrir espaço de fala e expressão ao que David Harvey (1998, p. 59) descreve como “outros mundos e outras vozes tão amplamente silenciados (mulheres, gays, negros, povos colonizados com suas próprias histórias) durante a história humana”. Com isso podemos conceber que o jornalismo para a paz na perspectiva feminista também se compromete a denunciar o silenciamento histórico e dar espaço à expressão e manifestação dessas vozes silenciadas [...]. (SALHANI; SANTOS; CABRAL, 2020, p. 7)

Assim como o jornalismo para a paz na perspectiva feminista busca desafiar os sistemas patriarcais e de capital que marginalizaram mulheres e a natureza, o jornalismo literário também se esforça para ir além das narrativas hegemônicas, explorando as histórias esquecidas e as experiências ocultas daqueles que foram negligenciados pelo discurso dominante. Ambos os enfoques compartilham a missão de denunciar o silenciamento histórico e de abrir espaço para expressões autênticas, ao destacar as vozes que foram amplamente subjugadas. Nesse sentido, o jornalismo literário pode atuar como uma ferramenta poderosa para iluminar as perspectivas ocultas e as histórias não contadas, contribuindo para um quadro mais abrangente e inclusivo do que constitui a realidade e promovendo a justiça narrativa tão crucial na construção de um mundo mais equitativo e pacífico.

Estes também desempenham um papel crucial no abrandamento das divisões e na promoção de uma compreensão mais abrangente. A construção de uma linguagem própria nele ecoa a necessidade de se afastar da linguagem do gênero dominante, assim como a mulher busca se desvincular da linguagem patriarcal. Ao se apropriar de ritos e símbolos literários, o jornalismo literário capacita essas vozes a se afirmarem e a subverterem o silêncio. Portanto, a convergência entre a narrativa de Zinani (2013) e esta abordagem jornalística destaca a interseção entre empoderamento individual e coletivo por meio da expressão autêntica, ressoando com os objetivos fundamentais do jornalismo para a paz.

A presença e representação das mulheres na literatura ecoam as dinâmicas discutidas por Zinani (2013) ao abordar o tão falado silenciamento histórico das vozes femininas. Na literatura, exemplos abundam de narrativas que refletem e reforçam normas de gênero tradicionais, marginalizando muitas vezes as vozes femininas. Um exemplo notório é o da escritora britânica Virginia Woolf, que em seu ensaio "Um Teto Todo Seu", destacou a necessidade de espaço e independência financeira para as mulheres escreverem com autenticidade e liberdade. Assim como Zinani argumenta que as mulheres precisam desenvolver uma linguagem própria, Woolf ressaltou a importância do acesso a uma sala

própria e recursos financeiros para que as mulheres pudessem romper com a tradição literária dominada pelos homens.

A obra *A guerra não tem rosto de mulher*, da escritora ucraniana Svetlana Aleksievitch, destaca como a violência, uma das dimensões discutidas por Galtung, afeta as mulheres de maneira particular em conflitos armados. O livro dá voz às experiências das mulheres soviéticas que lutaram na Segunda Guerra Mundial, revelando não apenas as adversidades do conflito, mas também os desafios das normas de gênero que limitavam seu papel na sociedade. Nesse contexto, o livro se alinha tanto ao jornalismo literário quanto aos Estudos para a Paz, ao dar voz às vítimas da violência e ao demonstrar a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sensível em relação aos conflitos.

No entanto, não apenas dá visibilidade às vozes marginalizadas, mas também destaca a importância do reconhecimento e compreensão das violências estruturais e culturais discutidas por Galtung. O livro expõe as violências enfrentadas pelas mulheres em contextos de guerra, enquanto simultaneamente critica as estruturas sociais que perpetuam a marginalização das mulheres. A narrativa se insere na esfera do jornalismo, empregando uma abordagem literária para dar testemunho às experiências das mulheres, tornando essas histórias mais acessíveis e impactantes para uma audiência ampla. Nesse sentido, o propósito delineado reside na adoção de um perfil de natureza ativista, caracterizado pela interpelação dos valores estabelecidos e pela proposição de abordagens remediadoras. O emergente paradigma do novo jornalismo, conforme enfatizado por Pena (2021), manifesta um profundo comprometimento com o cerne de sua temática e seus entrevistados, inserindo-se de maneira imersiva e compromissada com a matéria em foco.

Outro aspecto relevante [...] é que a ficção escrita por mulheres constitui um modelo polifônico, uma vez que contém duas histórias: uma dominante e outra silenciada, o que Gilbert e Gubar (apud SHOWALTER, 1994) chamam de palimpsesto. Por ser palimpséstica, a escrita feminina impõe um duplo esforço de decodificação, uma vez que remete para a necessidade da leitura das entrelinhas e da interpretação do não dito, o que viabiliza o entendimento do sentido latente do texto – a história silenciada. (ZINANI, 2013, p. 27)

Neste contexto, a perspectiva de gênero de Carol Gilligan (2021), traz o conceito de uma "voz diferente", que apresenta uma mudança paradigmática crucial, oferecendo uma estrutura alternativa à compreensão tradicionalmente centrada no masculino da moralidade e do desenvolvimento ético. O trabalho de Gilligan enfatiza a importância de uma ética relacional, concentrando-se nas formas distintas pelas quais as mulheres

abordam a tomada de decisões morais, com ênfase na empatia, cuidado e interconexão. Essa "voz diferente" desafia a abordagem masculina tradicional, que frequentemente prioriza a autonomia e o pensamento baseado em direitos. As percepções da autora ressoam com a noção da literatura feminina como uma entidade polifônica, como destacado pelo conceito de "palimpsesto" desenvolvido por Gilbert e Gubar, em que narrativas contêm histórias tanto dominantes quanto suprimidas. Esse intrincado jogo dentro das narrativas femininas exige um esforço duplo de decifração, convidando os leitores a mergulharem no subtexto, decifrarem o não-dito e, assim, descobrirem as histórias latentes e silenciadas que contribuem para uma compreensão mais completa da narrativa.

A interseção entre a perspectiva de gênero e a perspectiva feminista no jornalismo desempenha um papel fundamental na busca da moralidade, onde há princípios éticos que buscam desafiar a desigualdade de gênero, promover direitos iguais e eliminar normas opressivas, visando uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Gilligan (2021, p. 95) afirma que “uma vez que a concepção de moralidade reflete a compreensão dos relacionamentos sociais, esta diferença no imaginário dos relacionamentos abre espaço para uma mudança na própria injunção moral”.

Através dessas lentes, o jornalismo pode abordar de maneira mais sensível e precisa as questões que afetam desproporcionalmente as mulheres e outros grupos marginalizados. A perspectiva de gênero permite uma análise profunda das dinâmicas de poder subjacentes e das desigualdades presentes nas narrativas midiáticas, enquanto a perspectiva feminista direciona o foco para a amplificação das vozes silenciadas e a desconstrução de estereótipos prejudiciais.

Gilligan (2021, p. 97) ressalta as influências da moralidade de gênero na percepção e representação de situações em uma pesquisa feita em conjunto com Susan Pollak. onde pedem para 88 homens e 50 mulheres imaginarem uma cena que se passa com “um casal sentado sobre um banco próximo a um rio e de uma ponte baixa”, ela segue explicando que mais de 21% dos homens “escreveram histórias contendo incidentes de violência – homicídio, suicídio, esfaqueamento, sequestro ou estupro. Por outro lado, nenhuma das 50 mulheres da turma projetou violência nesta cena”. Essa discrepância revela como as noções de gênero e moralidade podem moldar interpretações e aponta para a necessidade de abordagens sensíveis de gênero no jornalismo para a paz.

As descobertas das imagens do estudo da violência sugerem que homens e mulheres podem perceber o perigo em situações sociais diferentes, além de construir o perigo de formas distintas – os homens veem o perigo mais recorrentemente em afiliações pessoais íntimas do que em empreendimentos, e constroem o perigo como resultantes da intimidade, enquanto as mulheres percebem o perigo em situações de empreendimentos impessoais, construindo o perigo como resultado do sucesso competitivo. (GILLIGAN, 2021, p. 100)

As conclusões extraídas do estudo sobre violência conduzido por Gilligan (2021, p. 100) oferecem uma perspectiva profunda sobre como homens e mulheres podem perceber e construir o perigo de maneiras distintas, influenciadas por construções de gênero. Essa dinâmica ressalta a influência da perspectiva de gênero na interpretação das ameaças percebidas. Ao aplicar tal compreensão no jornalismo para a paz, a perspectiva feminista enfatiza a importância de reconhecer e questionar as percepções subjetivas influenciadas pelo gênero na cobertura de eventos, buscando uma representação mais equilibrada e sensível às nuances das narrativas.

A frase de Butler (2021, p. 57) sobre a não violência como "não um princípio absoluto, mas uma luta aberta contra a violência e suas forças compensatórias" ressoa profundamente com as conclusões do estudo de Gilligan sobre a percepção de violência por homens e mulheres. A abordagem da não violência, como defendida por Butler, abarca a compreensão de que a violência não é apenas física, mas também pode ser estrutural e simbólica, moldada por normas de gênero arraigadas. O reconhecimento de que a violência pode se manifestar de diferentes maneiras, muitas vezes relacionadas a construções de gênero, se alinha à percepção de Gilligan de que homens e mulheres percebem o perigo de maneiras distintas, influenciados por suas identidades de gênero.

Ao aplicar esses conceitos ao jornalismo para a paz, emerge a importância de desafiar as forças compensatórias da violência, que podem se manifestar através de narrativas tendenciosas ou representações estereotipadas nos meios de comunicação. A abordagem da não violência implica uma luta contínua para dismantelar as estruturas de poder que perpetuam a violência de gênero e suas manifestações subjacentes. Integrar a perspectiva feminista nesse contexto é essencial para sensibilizar o jornalismo em relação às disparidades de gênero nas percepções de violência e para trabalhar em direção a uma cobertura mais equitativa e consciente, alinhada com os princípios da não violência como uma busca constante pela paz e igualdade.

ANÁLISE DO DISCURSO NA NARRATIVA FEMININA

A abordagem de Orlandi (2020, p. 15) em relação à análise do discurso estabelece uma ponte crucial ao focar a compreensão da língua como um elemento simbólico e parte intrínseca do tecido social humano, Zinani (2013, p. 143) destaca a importância de examinar como os mitos, narrativas e reivindicações são construídos linguisticamente e moldam a percepção da realidade, apontando que Simone de Beauvoir, em sua obra *The Second Sex*, “aborda essa modalidade narrativa para explicitar a situação da mulher”. As reflexões de Mary Wollstonecraft (2021) sobre os direitos das mulheres ganham ainda mais relevância quando consideradas à luz dessa perspectiva. A linguagem não apenas reflete, mas também perpetua estruturas de poder e normas de gênero, como demonstrado nos mitos e nas reivindicações das primeiras feministas.

Portanto, a análise do discurso do livro *A guerra não tem rosto de mulher*, se torna uma ferramenta essencial para desvelar como essas construções linguísticas moldam as relações sociais e históricas, contribuindo para a busca de um jornalismo para a paz mais inclusivo e equitativo, capaz de questionar e redefinir os padrões tradicionais e amplificar as vozes historicamente silenciadas.

Havia muita gente na guerra. E muitas tarefas na guerra... Muito do trabalho não gira só em torno da morte, mas também da vida. [...] Mesmo na guerra mais da metade da vida é composta de afazeres banais. E de bobagens também. É insólito pensar assim, não? “Havia pilhas do nosso trabalho normal de mulher”, recorda a auxiliar de enfermagem Aleksandra Ióssifovna Michútina. O exército ia na frente, e atrás dele ia o “segundo front”: lavadeiras, cozinheiras, mecânicas, carteiras... Algumas delas escreveu para mim: “Não éramos heroínas, estávamos nos bastidores. E o que havia lá, nos bastidores?” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 210)

No contexto dos Estudos para a Paz, a análise do discurso contido na citação de Svetlana Aleksiévitch ressalta a complexidade das experiências humanas durante conflitos armados, especialmente no que tange à comunicação. Através das palavras de Aleksandra Ióssifovna Michútina, a autora destaca a presença maciça de pessoas e as diversas tarefas desempenhadas durante a guerra, muitas das quais não se limitam à morte, mas abrangem aspectos cotidianos e vitais. Essa perspectiva nos convida a reconhecer que, mesmo em cenários de conflito, a comunicação não se restringe à narrativa heroica das linhas de frente, mas engloba uma gama de atividades muitas vezes ignoradas: as atividades “nos bastidores”. Isso reforça a importância de uma abordagem abrangente nos Estudos para a Paz, que compreenda não apenas os eventos de combate, mas também os fluxos de comunicação subjacentes que moldam as realidades complexas das pessoas afetadas pela guerra. O testemunho das mulheres que desempenharam papéis variados,

desde auxiliares de enfermagem até fuzileiras e soldadas, ilustra como a comunicação e as ações diárias se entrelaçam em meio à adversidade, desafiando as noções tradicionais de heroísmo e lançando luz sobre as narrativas negligenciadas que contribuem para a compreensão holística dos conflitos.

Deste modo, a obra enquanto discurso jornalístico literário apresenta características como a re-historiação apresentada por Lederach (2011), onde a “voz feminina” é ouvida, ao invés da “voz masculina” da guerra, na qual o único foco é a violência, trazendo o ensinamento da não-violência do jornalismo para a paz, em que o foco são ensinamentos dos bastidores moldando as relações sociais e históricas que antes não eram observadas ou trazidas à tona, buscando desafiar a sociedade patriarcal ao utilizar de características jornalística apontadas por Pena (2021), da maneira que foi reconstruída as histórias da guerra, por meio dos registros de diálogos completos de mulheres que foram silenciadas e ignoradas, apresentando as cenas pelos pontos de vista de diferentes personagens, pois cada uma viu a vida segundo a atividade que exercia, do seu lugar na vida ou nas situações de que participavam, registrando, não somente quem ganhou ou perdeu, ou o número de mortos pelo inimigo, mas hábitos, roupas, gestos e outras características simbólicas daqueles que passam pela suas vidas.

As reivindicações narrativas feitas por Aleksievitch (2016) explicitam as questões de gênero nos Estudos para a Paz, interligadas a visão feminista no campo do jornalismo, ao assumir uma função crucial na aspiração à ética, abraçando princípios morais que se propõem a confrontar as disparidades de gênero, fomentar a igualdade de direitos e erradicar convenções opressivas, orientando as discussões para uma apresentação dos conflitos dando voz, de maneira empática e com entendimento, humanizando as partes, focando nos efeitos invisíveis da violência, como traumas, danos à estrutura e à cultura.

Portanto ao analisar o discurso presente no livro *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), este emerge como uma ferramenta crucial para desvelar como as construções linguísticas influenciam as relações sociais e históricas. Sob a perspectiva de narrativas, combinadas com as reflexões de pensadoras como Simone de Beauvoir e Mary Wollstonecraft, fica evidente que a linguagem não apenas reflete, mas também perpetua estruturas de poder e normas de gênero. O testemunho das mulheres que a guerra é muito mais do que descrições heroicas da linha de frente, junto a intersecção entre essa análise do discurso e a abordagem do jornalismo, tanto literário quanto para a paz, não somente desafia padrões tradicionais, mas também amplifica vozes silenciadas historicamente.

Assim, ao considerar os efeitos invisíveis da violência e humanizar todas as partes envolvidas, essa abordagem enriquece a busca por um jornalismo que promova a equidade, contribuindo para a valorização da mulher no foco narrativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise aprofundada delineada no presente estudo culmina na delimitação de uma visão perspicaz e multifacetada sobre a intrincada interseção entre literatura, Comunicação para a Paz e a emancipação da figura feminina como protagonista de narrativas significantes. Através de uma exploração metódica, tornou-se evidente que a obra de Svetlana Aleksievitch transcende sua dimensão literária, estabelecendo um diálogo fértil com os domínios dos Estudos para a Paz e o jornalismo literário.

A imersão nas complexidades narrativas e retóricas da obra revela como a literatura, quando enriquecida por uma abordagem comunicativa voltada para a paz, pode se tornar um veículo de transformação social e de valorização da voz feminina historicamente marginalizada. A análise minuciosa permite captar nuances previamente ocultas e conceber a construção artística como um espaço de potencial construtivo na arena da construção da paz.

Além disso, este estudo desempenha um papel essencial ao fomentar uma expansão do escopo das análises críticas. Ao desvendar as sutilezas da representação feminina e sua interseção com a paz, a pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelas mulheres e seu papel como agentes ativos na busca pela reivindicação da “voz feminina” ser ouvida.

REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, M. A. S. V.; KUHLMANN, P. R. L.; MASCHIETTO, R. H. (org.) **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. p. 47-83.

GALTUNG, Johan. **Violence, peace, and peace research**. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167 – 191, 1969.

_____. **Cultural Violence.** *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 3, p. 291-305, ago. 1990.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente:** teoria psicológica e o desenvolvimento feminino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

JUSTO, Saymon de Oliveira. **A fundação do exército vermelho:** entre rupturas e permanências. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH, SP: UNESP Franca, 2021. Disponível em: <<http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Saymon%20de%20Oliveira%20Justo.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo. Tradução de Wladir Dupont. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LEDERACH, John Paul. **A imaginação moral:** arte e alma da construção da paz. 1. ed. São Paulo: Palas Athena, 2011.

LYNCH, Jake; MCGOLDRICK, Annabel. **Peace Journalism.** What is it? How to do it?. Reporting the World, 2000.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PENA, F. **Jornalismo literário.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2021.

SALHANI, Jorge; SANTOS, Heloisa dos; CABRAL, Raquel. **Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 3, e61625, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61625>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SALHANI, Jorge; CABRAL, Raquel. **Jornalismo para a paz:** conceitos e reflexões. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, Brasília, v. 20, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1371>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

WOOLF, Virgínia. **Um Teto Todo Seu.** São Paulo: Editora Lafonte, 2020.

ZINANI, C. J. A. **Literatura e Gênero:** a Construção da Identidade Feminina. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.